

DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE FACE AO CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ: REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA PECHEUTIANA.

Autoria

Paulo Everton Mota Simões - pauloeverton@gmail.com

Administração Pública - Bacharelado / UFAL - Universidade Federal de Alagoas

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Resumo

O trabalho em andamento tem por objetivo realizar um gesto de interpretação que confronte o dizer da Braskem com dizeres outros que o contrapõem, tendo em vista o desenvolvimento sustentável como modelo socioambiental vigente na economia-mundo capitalista. Parte do pressuposto de que o relatório Brundtland forjou um modelo socioambiental, cujo objetivo central é remover a contradição entre crescimento capitalista e sobrevivência da Natureza. Utiliza-se o aporte teórico e metodológico da Análise do Discurso Pêcheutiana, cujos procedimentos teórico-analíticos são definidos à luz do materialismo histórico. No modelo socioambiental vigente, as grandes corporações, como é o caso da Braskem, realizam uma apropriação privada dos bens naturais coletivos, pois necessitam aumentar sua produtividade e alcançam esse fim ao transformar bens não mercantis em mercadoria, ao mesmo tempo em que transferem os danos socioambientais à sociedade. A parceria entre Estado e mercado, no atual modelo socioambiental vigente, faz com que o poder do Estado

DISCURSO DE SUSTENTABILIDADE FACE AO CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ: REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA PEÇHEUTIANA.

Resumo

O trabalho em andamento tem por objetivo realizar um gesto de interpretação que confronte o dizer da Braskem com dizeres outros que o contrapõem, tendo em vista o desenvolvimento sustentável como modelo socioambiental vigente na economia-mundo capitalista. Parte do pressuposto de que o relatório Brundtland forjou um modelo socioambiental, cujo objetivo central é remover a contradição entre crescimento capitalista e sobrevivência da Natureza. Utiliza-se o aporte teórico e metodológico da Análise do Discurso Pêcheutiana, cujos procedimentos teórico-analíticos são definidos à luz do materialismo histórico. No modelo socioambiental vigente, as grandes corporações, como é o caso da Braskem, realizam uma apropriação privada dos bens naturais coletivos, pois necessitam aumentar sua produtividade e alcançam esse fim ao transformar bens não mercantis em mercadoria, ao mesmo tempo em que transferem os danos socioambientais à sociedade. A parceria entre Estado e mercado, no atual modelo socioambiental vigente, faz com que o poder do Estado conduza a tal apropriação, por parte das empresas transnacionais, dos bens naturais coletivos, ao mesmo tempo em que transferem os danos socioambientais, decorrentes da atividade produtiva, à sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento foi adjetivado de sustentável por um fato histórico-discursivo, a publicação do relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum em 1987. Nascia uma definição para o termo Desenvolvimento Sustentável (DS), tornando-o um acontecimento enunciativo, que forneceu a base linguístico-discursiva da sustentabilidade. Segundo este documento, desenvolvimento capitalista não é incompatível com proteção ao meio ambiente desde que aconteça de modo sustentável, implicando em ações que contemplem as dimensões: social, econômica e ambiental.

Devido à repercussão do Relatório, posteriormente, à realização da Conferência Rio-92, a ONU e o Banco Mundial fizeram da sustentabilidade a alternativa única para o futuro da humanidade, erigindo, portanto, um projeto de DS que, para ser levado a cabo demandou o engendramento de um sistema para sua governança global. Destarte, o objetivo central da proclamação da sustentabilidade é a não interrupção do crescimento econômico, pois o que precisa se tornar duradoura, a qualquer custo, é a acumulação capitalista, embuçada pelo discurso da sustentabilidade.

O mercado tem se apropriado, cada vez mais, de práticas e discursos que colocam na pauta corporativa as preocupações com Natureza e a sociedade. Consolidou-se um discurso de sustentabilidade, de caráter global, pautado por normas e regulações privadas, concebidas no seio de organizações sem fins lucrativos, especializadas em produzir e reproduzir tal discurso. São exemplos internacionais e brasileiros, de organizações que cumprem o papel de fazer da sustentabilidade uma prática de mercado, as seguintes: Global Reporting Initiative (GRI); World Business Council for Sustainable Development (WBCSD); Instituto ETHOS e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), dentre outras.

Não raro a abordagem, conceitual e prática, da sustentabilidade confunde-se com as questões da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), o que requer um esforço adicional em traçar as fronteiras entre RSE, DS e sustentabilidade. Depreende-se de artigos produzidos a partir

dos anos 2000 que, apesar de haver um consenso que legitima as práticas “social e ambientalmente responsáveis” das empresas, não há consenso em torno de uma definição, sendo estas noções formuladas de maneira confusa e, muitas vezes, contraditórias, revelando uma diversidade de abordagens (CARROL, 1999; KREILTON, 2004; GARRIGA; MELÉ, 2004; OLIVEIRA, 2012).

A discussão de sustentabilidade é predominante esvaziada de categorias que deem conta da diversidade social e da legitimidade das variadas formas de apropriação e uso dos recursos ambientais nos territórios (ACSELRAD, 2008). Esse posicionamento sugere a crítica à incorporação da sustentabilidade na gestão empresarial, que constrói para si uma normatização privada. O DS se torna um equivalente da sustentabilidade por meio de um trabalho ideológico de organização de sentidos, deslocando o foco da sustentabilidade planetária global para o processo de sustentação do enriquecimento empresarial (BANERJEE, 2003). É a partir desta contradição, que se considera haver um trabalho ideológico de mobilização de sentidos em torno da sustentabilidade para encobrir seu efeito de sentido de sustentação da reprodução do capitalismo.

As práticas empresariais e, conseqüentemente, os discursos sustentáveis se constroem com o objetivo de tornar, discursivamente, compatível a relação entre crescimento econômico e proteção à Natureza na economia-mundo capitalista. Destaca-se o “discursivamente” tendo em vista os crescentes exemplos de crimes de grandes corporações contra a Natureza, como os casos da Vale (SIMÕES, 2019) e com destaque para o silenciamento (ORLANDI, 2015) sobre o maior crime ambiental em curso em área urbana no mundo, provocado pela mineração de sal-gema pela petroquímica Braskem em Maceió, Alagoas.

Em 2018 surgiram fissuras, trincas e rachaduras no bairro Pinheiro, que se agravaram a partir de um tremor de magnitude 2,5 na escala Richter no mês de março. A partir daí houve rebaixamento do solo nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol. A Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais (CPRM), em maio de 2019, constatou que o processo de subsidência em curso é proveniente da mineração de sal-gema pela Braskem. Tem havido evacuação em massa e desvalorização dos imóveis remanescentes, inclusive o bairro Mutange se tornou totalmente inabitado. A Braskem assumiu os custos dos aluguéis e indenizações a moradores atingidos e comerciantes e realiza obras para fechamento das minas, porém não declara sua responsabilidade pelo crime que nomeia de “evento/fenômeno geológico”. (CPRM, 2019; OLIVEIRA; MENDONÇA; MARQUES; OLIVEIRA, 2020; BRASKEM, 2021; FRANÇA, 2021)

As pessoas que permaneceram nos bairros afetados, por seus imóveis não terem sido incluídos no zoneamento de risco, padecem um processo de “ilhamento socioeconômico”, “uma vez que estão ficando sem acesso aos equipamentos e políticas públicas necessárias à manutenção da vida em comunidade” (MACEIÓ, 2021, p. 25). Há relatos de impactos em sua saúde física e mental, casos de suicídio, perda de fontes de renda, entre outros. Moradores e comerciantes vêm se organizando em movimentos sociais e associações para se opor ao silenciamento, fazer pressão com vistas a obter contrapartidas justas e pela inclusão no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) das famílias que estão em isolamento socioeconômico (PRONZATO, 2021).

O PCF, criado em novembro de 2019, opera por meio do acordo assinado em janeiro de 2020 com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE). Até fevereiro de 2022, 14 mil imóveis foram desocupados; 10,2 mil indenizações realizadas; 3,4 mil propostas de compensação apresentadas para comerciantes e empresários, tudo isso totalizando um montante próximo a R\$ 2,17 bilhões pagos em indenizações, auxílios financeiros e honorários advocatícios (BRASKEM, 2022).

A estimativa da petroquímica para arcar com os custos dos danos está próxima a R\$ 10 bilhões. Em contrapartida, a empresa está se tornando proprietária de 3 km de orla marítima e

cerca de 300 hectares de áreas urbanas em Maceió. Estima-se que, a longo prazo, o ativo imobiliário se valorize chegando até os R\$ 40 bilhões (ANGELO, 2021; PRONZATO, 2021). Tal estimativa de ganhos é um exemplo de acumulação por espoliação, uma atualização do conceito marxiano de acumulação primitiva, que toma hoje diversas formas: expulsões de povos do campo; coexistência com a agricultura familiar em benefício do agronegócio; apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais anteriores ao capitalismo; biopirataria; mercadificação da Natureza; corporativização e privatização de bens e utilidades públicas, sempre valendo-se do poder do Estado para se concretizar (HARVEY, 2013).

Diante da problemática exposta, este trabalho tem por objetivo realizar um gesto de interpretação que confronte o dizer da Braskem com dizeres outros que o contrapõem, à luz da Análise Materialista do Discurso de Michel Pêcheux, a partir de um corpus a ser identificado nas materialidades discursivas expostas na tabela 1.

2 PROJETO NEOLIBERAL DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A partir do relatório Brundtland forjou-se o DS como modelo socioambiental vigente no capitalismo com o objetivo de expungir a contradição entre crescimento capitalista e preservação da Natureza (SIMÕES; ERICSON, 2021). O termo DS se origina de tal documento em 1987 (BANERJEE, 2003; MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014; LANDRUM, 2017) e sua historicidade é aquela da reprodução do capitalismo (MOREIRA, 2010). Trata-se, portanto, de um projeto ecológico neoliberal (LAYRARGUES, 1997), um consenso útil porque passível de adaptação a distintos interesses: do mercado, do Estado e da sociedade civil (PATTBERG, 2009).

O relatório Brundtland, ao apresentar ao mundo o DS, criou e impôs uma lógica global (VISVANATHAN, 1991). Esta lógica engendrou um modelo socioambiental de desenvolvimento que se tornou um consenso planetário a partir da Conferência Rio-92. Qualquer que seja o adjetivo a qualificar o desenvolvimento no contexto do capitalismo, enquanto sistema social histórico (WALLERSTEIN, 2007), a matéria do desenvolvimento permanece sendo o crescimento econômico (VEIGA, 2015, p. 51). Há, pois, uma assimilação da questão ambiental pela lógica do mercado, legitimada pela globalização neoliberal, que representa um período sem igual, no que diz respeito à devastação do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2015).

O modelo socioambiental vigente camufla as determinações históricas do processo produtivo no capitalismo histórico, que se dá a partir da destrutividade socioambiental. A noção de condições de produção do discurso (COURTINE, 2014; PÊCHEUX, 2016) auxilia a análise da sustentabilidade sem descola-la de sua historicidade, enquanto discurso neoliberal polifônico, a serviço de um sistema que se mantém a partir do movimento de a tudo mercantilizar e de maximizar a acumulação incessante (WALLERSTEIN, 2007). A sustentabilidade é um artifício do capitalismo para se manter como único sistema econômico viável, atenuar as críticas que sofre, transformar as externalidades das organizações empresariais em novas frentes de acumulação e, ainda, transferir o ônus da degradação da Natureza aos países periféricos e classes subalternas (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Ao considerar a distribuição material flagrantemente desigual do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2007), observa-se que o modelo socioambiental vem sendo imposto a partir do centro, que o exportou para a periferia. Conforme Banerjee (2003), as soluções para questões ambientais, oriundas do centro do capitalismo tem como uma de suas funções perenizar as relações colonialistas de dependência estabelecidas com a periferia, uma vez que não admitem sua responsabilidade pelo fato de que a periferia degrada e destrói Natureza para atender às demandas do centro. Note-se que a relação desigual na distribuição, tanto dos proveitos quanto dos rejeitos de gigantescas corporações só aprofundam ainda mais a desigualdade material.

Está em questão a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a partir do predomínio de um polo dominante do padrão de poder mundial sobre a periferia, uma vez que é “a exploração das

populações dessas áreas que tem tornado possível a sustentabilidade ecológica do atual padrão de poder mundial que vem se mantendo não só extremamente desigual como se polarizando ainda mais” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 42). São os países periféricos que asseguram a produção e a reprodução do capitalismo nos países industrializados às custas da produção primária, das suas riquezas e sua Natureza. A periferia continua a sofrer os efeitos de um (sub)desenvolvimento em decorrência da divisão internacional do trabalho, do intercâmbio desigual de mercadorias e da degradação ambiental, além de se manter no fornecimento das bases materiais para a acumulação de capital do polo dominante (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a mais recente abordagem para a governança global do DS (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017). Nessa governança o setor privado tem central importância na implementação do modelo socioambiental vigente (LIMA, 2012). Observa-se como esta perspectiva de governança vem se operacionalizando na gestão do DS a partir dos ODS, uma vez que sua implementação implica a atuação de governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas em um arranjo global (IVO, 2016).

Nessa governança global do DS, o mercado exerce forte influência, as mega corporações influenciam as políticas ambientais e comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros acordos globais. As empresas figuram como agentes poderosos no avanço dos discursos do DS no campo organizacional da governança global (BANERJEE, 2003). Dentre os protagonistas que mais têm se beneficiado, destacam-se as corporações transnacionais (PORTO-GONÇALVES, 2015). Os organismos da ONU têm convergido ao financiamento privado e demonstrado a tendência aos programas que interessem às empresas. Essas organizações são designadas pela ONU como atores sociais, operando uma esdrúxula equiparação às organizações da sociedade civil. Este feito se deu, principalmente, a partir do Pacto Global, como uma tentativa de estender o sentido de participação às empresas. Destaca-se a aliança entre a ONU e os interesses privados de uma elite econômica internacional, evidenciando a influência das corporações transnacionais nas decisões tomadas pelos organismos que a compõem (TEITELBAUM, 2010).

Os anos 1990 representaram um marco para um direcionamento à lógica empresarial em todos os fóruns internacionais, nos quais se debateu a questão ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2015). Desde lá, as organizações empresariais têm sido reconhecidas e aceitas como atores legítimos no uso do discurso sustentável. Operou-se assim uma manobra a partir da qual, ao invés de causadoras da problemática ambiental, as organizações empresariais foram alçadas ao status de componentes da solução (PATTBERG, 2009). Um outro marco do avanço da lógica mercantil da sustentabilidade no universo empresarial, no final da década de 1990, foi a criação da *Global Reporting Initiative* (GRI).

As designações sustentabilidade e DS têm sido empregadas de maneira intercambiável (BANERJEE, 2003). Para Montiel e Delgado-Ceballos (2014), não está explicado o que significa sustentabilidade corporativa, nem mesmo para os estudiosos de negócios. Falta ainda uma definição comum. É certo, entretanto, que a designação sustentabilidade tem origem na ideia do DS (ICHIKAWA; CARRIERI, 2014; FARIA, 2014; MONTIEL; DELGADO-CEBALLOS, 2014). O léxico expandiu-se aos poucos e abarca outros tantos termos: responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial, cidadania corporativa, desempenho social corporativo, sustentabilidade corporativa e gestão ambiental (LANDRUM, 2017).

Quando o substantivo “desenvolvimento” e o adjetivo “sustentável” se unem produzem um efeito de sentido de sustentação da reprodução do crescimento econômico, ou seja, do capitalismo. Sustentabilidade, nesse contexto, tem a ver com a sustentação do crescimento do consumo material (LELÉ, 1991). A sustentabilidade foi absorvida pela empresa como prática de mercado. Conforme Lelé (1991), a noção dominante de DS resguarda o sistema capitalista de mudanças que possam afetá-lo substancialmente. Uma função do DS é preservar a perspectiva dominante de desenvolvimento, ou seja, a acumulação incessante de capital, o desenvolvimentismo em nova

roupagem, mantendo inalterada sua estrutura de funcionamento, que é dependente da lógica capitalista de mercado (LAYRARGUES, 1997).

Na lógica de mercado, à sustentabilidade subjaz a racionalidade econômica (LEFF, 2009). Para Banerjee (2003), o DS é um paradigma de desenvolvimento baseado na racionalidade econômica e não numa racionalidade ecológica como aparece na superfície discursiva. Empresas reduzem o DS a sustentabilidade. Põem em curso muito mais “práticas identificadas com a ecoeficiência e a produção mais limpa do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável” (DIAS, 2012, p. 43).

Na economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2007), a sustentabilidade empresarial mantém a lógica da produção e do processo de acumulação inalterada (FARIA, 2014). A junção entre sustentabilidade e desenvolvimento é contraditória e falaciosa, uma vez que foi forjada por organizações dentro “do atual sistema de expansão da produção de supérfluos” (MESZAROS, 2014, p. 987) que opera a partir de um infinito “[...] consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico e minando suas próprias condições de sustentabilidade [...]” (LEFF, 2009, p. 27).

A sustentabilidade empresarial funciona como um discurso (PRATES, 2013). Nobre (2002) tratou o DS como princípio discursivo de aceitação universal, uma solução inventada para escamotear os danos à Natureza, causados pelo crescente desenvolvimento capitalista, uma forma de tergiversar alterações estruturais na economia-mundo, sustentando a tese de que não há contradições entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente. Tal tese revela-se estapafúrdia “dado que as condições atuais foram produzidas sob o férreo controle do capital” e mais absurdo ainda é considerar que ciência e tecnologia, “estritamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros” (MESZAROS, 2014, p. 989) será capaz de sanar os impactos causados ao planeta.

Destarte, a sustentabilidade funciona como um discurso pacificador, que eleva a empresa da condição de causadora de danos à Natureza a um agente de responsabilidade socioambiental, atuando segundo regras e mecanismos concebidos e legitimados pelo mercado. Ao invés de submetê-la aos controles do Estado e da sociedade, o discurso da sustentabilidade cumpre um papel inverso, pois confere legitimidade e mais liberdade à empresa, na medida em que viabiliza a licença social para operar. Tal discurso cumpre ainda uma função de reduzir riscos quanto ao investimento (MILANI; RIGHI; CERETTA; DIAS, 2012) e proporcionar ganhos diferenciados sobre as ações.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em curso encontra-se em sua etapa exploratória, cujo objetivo é explorar o problema e seu entorno, não exatamente produzir conclusões. É parte integrante de uma pesquisa principal, possui caráter preliminar, visa ao melhor conhecimento do fenômeno, seus significados e o contexto no qual se insere (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

A fundamentação teórico-metodológica é a Análise do Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux, para quem o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 2016). O sentido não é óbvio e tampouco se encontra na superfície discursiva. Dizeres, expressões e palavras obtêm sentido a partir da formação discursiva na qual são forjados. Antes, o analista apreende sua historicidade, pondo-se numa relação de confronto de sentidos. A AD não se deixa utilizar como instrumento neutro, por isso, para Pêcheux, o discurso é o instrumento da prática política (ORLANDI, 1990).

A AD, tratada como um mero recurso metodológico constitui-se em um grave equívoco, pois a mesma mobiliza em seu método as categorias analíticas de uma teoria materialista do discurso. Maldidier (2014, p. 22), adverte que “a análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso) [...]”. A partir da relação entre a estrutura e o acontecimento, o

discurso é analisado por meio de “[...] um batimento entre descrição e interpretação, procurando explicitar o funcionamento do discurso [...]” (ORLANDI, 2016, p. 31). A análise é, ademais, uma interpretação do processo de formulação relacionado à situação concreta de quem formula o enunciado (AMARAL, 2007).

Como afirmam Carrieri, Saraiva, Silva, Pimentel e Souza-Ricardo (2009), os discursos e as organizações são produções da engenhosidade humana e apresentam suas marcas ideológicas constitutivas, o que põe em destaque a sua não neutralidade. Não há neutralidade no campo do conhecimento da Administração, tampouco na ciência em geral. A abordagem metodológica é qualitativa (GODOY, 1995) e visa a explicação de um acontecimento, “[...] por meio de conceitos existentes ou emergentes [...]” (YIN, 2016, p. 7). Para subsidiar o futuro gesto de interpretação foi feita uma pesquisa documental que, conforme Yin (2016), chama atenção para a recolha de objetos, dentre eles documentos, artefatos e registros arquivais, que tenham relação com o objeto de estudo e que podem gerar dados verbais, pictóricos, numéricos ou gráficos.

Segundo Phillips e Hardy (2002), são consideradas materialidades para análise do discurso: interações não verbais, textos escritos, conversas, filmes, interações não verbais, entre outros. Para esta etapa da pesquisa estão sendo considerados portais de notícias de grandes veículos de comunicação, o relatório de sustentabilidade da Braskem publicado em 2021, um vídeo documentário disponível na rede YouTube, o portal eletrônico do Ministério Público Federal e um relatório do Serviço Geológico do Brasil.

Courtine (2014) define sequência discursiva (SD) como uma sequência oral ou escrita de dimensão superior à frase. A SD é a manifestação da realização de um intradiscorso (COURTINE, 2016) e serve como ponto de referência a partir do qual se dá o gesto de interpretação. Ainda de acordo com Courtine (2016), a sequência linguística é a reformulação de um enunciado, lugar no qual se materializam elementos de saber de uma formação discursiva (FD), representando o intradiscorso.

Para a fase de constituição do corpus de análise serão identificadas SDs a partir da materialidade discursiva exposta na tabela 1. O *corpus* será delineado a partir de corpora de arquivos, que são aqueles “[...] constituídos a partir de materiais pré-existentes [...]” (COURTINE, 2014, p. 77). Por *corpus*, entende-se um conjunto estruturado de SDs, orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo, com referência a certo estado das condições de produção do discurso (COURTINE, 2014). A análise consiste na passagem do texto ao discurso, observando, a partir do *corpus*, suas características relevantes, os efeitos de sentido possíveis e as funções que cada efeito identificado desempenha no discurso da (in)sustentabilidade. O DS é considerado como modelo socioambiental vigente, constituído na formação discursiva do desenvolvimento capitalista, que disponibiliza um conjunto de formulações com as quais as SDs mantêm relações interdiscursivas.

Tabela 1 – Materialidades discursivas de onde se constituirá o *corpus* da pesquisa

Materialidade Discursiva	Autoria	Ano	Síntese
Tremor de terra é registrado e assusta moradores de Maceió.	Veja	2018	Tremor de terra de 2,5 na escala Richter confirmado pelo Laboratório Sismológico da UFRN. Imagens circularam nas redes sociais com rachaduras em pisos e paredes provocadas pelo tremor.
Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL), V. 1	Serviço Geológico do Brasil (CPRM)	2019	A correlação entre zonas de falha que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de mineração interferiu diretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas, produzindo a subsidência, fissuras e rachaduras em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Relatório de Sustentabilidade	Braskem	2021	Nomeia o crime ambiental como evento/fenômeno geológico. Aponta a altíssima aceitação das propostas de compensação financeira (99,7%) e o provisionamento de R\$ 9,2 bilhões para reparação dos impactos.
Caso Pinheiro/Braskem, Portal eletrônico.	Ministério Público Federal (MPF)	2021	Um colapso no solo (subsidência), em razão da exploração de sal-gema pela Braskem, atinge parte dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol e todo o bairro do Mutange. A área afetada abrange mais de 14 mil imóveis e estava ocupada por cerca de 55 mil moradores e comerciantes. Os bairros afetados ocupam uma área de 2,7 mil metros quadrados, o equivalente a 255 campos de futebol.
Crime socioambiental transformado em lucro imobiliário: o caso da Braskem em Maceió. Portal eletrônico.	Observatório da Mineração	2021	Minas de sal-gema da Braskem foram exploradas perto uma das outras, gerando o abalo considerado “o maior desastre em área urbana em andamento” no mundo hoje. Acordo com o MPF foi desvantajoso para a maioria das famílias. A Braskem passou a ser dona dos 4 bairros (Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro), apropriou-se de 3 quilômetros de orla e 300 hectares de área urbana em uma das melhores regiões de Maceió. No longo prazo, esta área em região valorizada pode valer cerca de R\$ 40 bilhões.
A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió. Documentário.	Carlos Pronzato	2021	Braskem atua como governo paralelo. VLT reduziu transporte de 19 mil pessoas a cada hora e meia para 3000. Perdas de equipamentos e prédios públicos de valor histórico. Diâmetro e distância entre as minas excessivo gerou subsidência. Trabalhadores da pesca e mariscagem com geração de renda ameaçada por contaminação e desocupação de áreas. Comerciantes e empresários perderam seus negócios. Moradores sofrem com insegurança e isolamento socioeconômico. Indenizações subvalorizadas. Ausência de ampla escuta e participação social. Áreas desocupadas podem valer até R\$ 40 bilhões. Manipulação da mídia e silenciamento sobre o crime.

Fonte: elaboração própria.

4 CONSIDERAÇÕES ENTREMEIAS

Sustentabilidade aqui é tratada como um discurso neoliberal. No modelo socioambiental vigente, grandes empresas como a Braskem se apropriam privadamente de bens naturais coletivos, de modo a aumentar sua lucratividade pela transformação de bens não mercantis em mercadoria, transferindo danos sociais e ambientais à sociedade. É possível identificar que a Braskem tenta produzir sentidos cujos efeitos são úteis no atendimento aos interesses do capital, a partir de um processo discursivo no qual “[...] se diz x para não (deixar) dizer y, este sendo o sentido a se descartar do dito [...]” (ORLANDI, 2015, p. 73). Expressa-se, assim, a política do silêncio, produzindo um recorte entre o que se diz e o que se cala, o apagamento de sentidos a serem evitados (ORLANDI, 2015), ou seja, o dizer é direcionado para tratar o maior crime socioambiental em área urbana em curso no planeta da como evento da Natureza ao invés de consequência de extração predatória de minério.

Por um lado, o dizer da Braskem no relatório de sustentabilidade produz sentidos que corroboram a imagem de empresa comprometida com uma agenda de sustentabilidade, com a segurança das pessoas e das comunidades. Evoca o sentido de agilidade, sucesso e empenho na tarefa de realocação e compensação das famílias e reparação dos impactos ambientais, urbanísticos e sociais nas regiões afetadas. Por outro lado, das demais materialidades discursivas (tabela 1) coletadas para futura composição do *corpus* de análise, apreende-se sentidos que contestam a petroquímica. Seu intradiscorso, é marcado pelo não dito, pela omissão e pela utilização das designações evento/fenômeno geológico de forma a produzir um sentido de despersonalização da responsabilidade pela ação empresarial que levou a um consequente evento geológico (subsidência).

Identificou-se que há diversos pontos cegos no desenrolar dos fatos entre a Braskem, as organizações públicas que asseguram o acordo, os atingidos e a população de Maceió como um todo. Não há ainda acesso público a um orçamento aberto que revele as exatas cifras a serem gastas e suas respectivas rubricas. Não se produziu e divulgou informações sobre a quantidade é a nomeação de cada prédio histórico, seja público ou privado que foi condenado à

destruição, quais as repartições, equipamentos e serviços públicos que foram interrompidos seja temporária ou definitivamente. Como, quando e quanto a empresa pretende indenizar os governos estadual e municipal pelos impactos causados não aparece como informação pública. Tampouco os órgãos públicos envolvidos explicam porque as famílias que estão em isolamento socioeconômico não entram compulsoriamente no PCF uma vez que a Defesa Civil de Maceió reconheceu em relatório que não há condições de manutenção da vida nesses locais.

A produção intelectual crítica tem revelado que há distribuição desigual entre rejeitos e proveitos, segundo a lógica neoliberal que rege a economia-mundo capitalista, com vistas a privatizar os lucros e socializar os danos ambientais tal qual aparenta ser o caso em questão em Maceió. Para essa interpretação preliminar do discurso da Braskem, partiu-se dos pressupostos teórico-metodológicos da AD, que se alinham à teoria do discurso e aos fundamentos do materialismo histórico-dialético que a constitui. Para seguir com análise após compor o *corpus*, a noção de funcionamento discursivo será central. A partir dela, passar-se-á do intradiscurso (texto em si) ao discurso (efeito de sentidos entre interlocutores), observando, suas características emergentes, os efeitos de sentido possíveis e as funções que cada efeito há de cumprir.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2008, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008. 1 CD.
- ANGELO, Mauricio. Crime socioambiental transformado em lucro imobiliário: o caso da Braskem em Maceió. **Observatório da Mineração**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/crime-socioambiental-transformado-em-lucro-imobiliario-o-caso-da-braskem-em-maceio/>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development?: sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, London, v. 24, n. 1, p. 143–180, jan. 2003.
- BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika; KIM, Rakhyun E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26–27, p. 26-31, jun. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517300209>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASKEM. Balanço: Programa de compensação financeira e apoio à realocação. Disponível em: <https://www.braskem.com/balancopcf>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- BRASKEM. **Relatório Integrado 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/relatoriointegrado2020>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex SILVA; PIMENTEL, Thiago D.; SOUZA-RICARDO, Pablo Alexandre Gobira (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 174-184.
- CARROL, Archie B. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. **Business and Society**, Boston, v. 38, p. 268-295, 1999.
- COURTINE, Jean-François. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. 250p.
- CPRM. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL): ação emergencial no bairro Pinheiro. v. 1, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/imprensa/pdf/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- FARIA, José Henrique de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, 2014.
- FRANÇA, Raíssa. Bairros afundando transformam parte de Maceió em cidade fantasma e atraem curiosos. **BBC**, Maceió, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59179804>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NELSON, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. ISSN 1982-0259 versão *online*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414->

49802012000100004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-498020120001000000&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 mar. 2022.
- GARRIGA, Elisabet.; MELÉ, Domènec. Corporate Social Responsibility Theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 53, p. 51-71, 2004.
- HARVEY, David. A acumulação via espoliação. HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Cap. 4, P. 115-1498.
- CHIKAWA, Elisa Yoshie; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Da Rio 92 à Rio+ 20: a revista Exame e a institucionalização da sustentabilidade Rio 92 to Rio+ 20: the magazine Exame and the institutionalization of sustainability. **Razón y Palabra: Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación**, v. 18, n. 87, p. 417-433, jul./sept. 2014.
- IVO, Anete Brito Leal. A noção de governança: um novo regime de ação para o desenvolvimento sustentável e a produção das ciências sociais. In: IVO, Anete Brito Leal (Org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 2, p. 37-104.
- KREILTON, Maria Priscilla. **A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial**. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba, **Anais [...]**. Curitiba: ANPAD, 2004.
- LANDRUM, Nancy E. Stages of corporate sustainability: integrating the strong sustainability worldview. **Organization & Environment**, Thousand Oaks, v. 31, n. 4, p. 287-313, jul, 2017.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 71, p. 1-5, dez. 2016 / fev. 1997.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução: Jorge E. Silva; Revisão Técnica: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 439p., (Coleção Educação Ambiental).
- LÉLÉ, SHARACHCHANDRA M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, Amsterdã, v.19, n. 6, p. 607-621, 1991.
- LIMA, Gabriela Garcia Batista. O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas. **Nomos: Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 32 n. 2, jul./dez. 2012. ISSN 1807-3840. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/356>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- MACEIÓ. Relatório de avaliação socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e parte da rua Marquês de Abrantes, no período de 17/03 a 30/04/2021 em Bebedouro – Maceió/AL. Maceió, 2021.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 17-30.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.
- MILANI, Bruno; RIGHI, Marcelo Brutti; CERETTA, Paulo Sérgio; DIAS, Valéria da Veiga. Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e o retorno dos investimentos?. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, p. 667-682, 2012.
- MONTIEL, Ivan; DELGADO-CEBALLOS, Javier. Defining and Measuring Corporate Sustainability: Are We There Yet?. **Organization & Environment**, Thousand Oaks, v. 27, n. 2, p. 113-139, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026614526413>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1086026614526413?journalCode=oaec> Acesso em: 22 fev. 2022
- MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. Orientadora: Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante. 2010. 163 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.
- MPF. Caso Pinheiro. **MPF**, Brasília. 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro>. Acesso em: 26 fev. 2022.

- NOBRE Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- OLIVEIRA, Luciana de. Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: atores e valores em transição. **Conexão - Comunicação e Cultura- UCS**, Caxias do Sul, v. 11, p. 25-45, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed., 4. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. 181p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Observações sobre análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990. p. 25-37. ISBN: 978-85-249-0275-8.
- PATTBERG, Philipp. La gouvernance, une simple mode?. In: JACQUET, Pierre; PACHAURI, Rajendra K.; TUBIANA, Laurence (dir.). **Regards sur la terre: L'annuel du développement durable**. Paris: Les Presses Sciences Po., 2009. [Un système à l'épreuve du développement durable. Chapitre 1, p. 83-95]. ISBN 978-2-7246-1091-8.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do obvio**. 5. ed. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 317p.
- PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 461p.
- PRATES, Vinicius. **A natureza deslocada: construção dos sentidos da sustentabilidade nas revistas de economia e negócios Exame, Época Negócios e IstoÉ Dinheiro**. Orientador: José Luiz Aidar Prado. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PRONZATO, Carlos. A Braskem passou por aqui: A catástrofe de Maceió. Youtube, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo>.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SALES, Theo. Rastros da destruição: o crime da Braskem em Maceió. **Jornal do Campus USP**, São Paulo, 03 jan. 2022. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/01/rastros-da-destruicao-o-crime-da-braskem-em-maceio>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- SIMÕES, Paulo.; ERICSON, Sóstenes. Modelo socioambiental global e mineração no Brasil: a relação entre Estado e mercado em discurso. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 46, n. 252, p. 134-165, jan./abr. 2021.
- SIMÕES, Paulo. Fazer dinheiro: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale. Orientadores: KRAYCHETE, Elsa Sousa; ERICSON, Sóstenes. 2019. 230 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2019.
- TEITELBAUM, Alejandro. **La armadura del capitalismo: El poder de las sociedades transnacionales en el mundo contemporáneo**, España: Editorial Icaria, 2010. (Colección : Antrazyt; v. 318). ISBN: 978-84-9888-144-8.
- VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 232p.
- VEJA. Tremor de terra é registrado e assusta moradores de Maceió. **Veja**, São Paulo, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/tremor-de-terra-e-registrado-e-assusta-moradores-de-maceio/>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- VISVANATHAN, Shiv. Mrs. Bruntland's Disenchanted Cosmos. **Alternatives: Global, Local, Political**, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 377-384, jul./set. 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. 1. ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2007. 143p.